

GOVERNANÇA DE IMPACTO NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Na publicação recém-lançada do IBGC denominada “*Boas Práticas para uma Agenda ESG nas organizações*”, Guilherme Leal, em seu prefácio, diz que, ao criar a Natura, seus fundadores tinham um princípio: nada no universo está sozinho. Tudo é interdependente. E acrescenta que a busca por soluções ambientais e sociais que geram impacto positivo virou parte fundamental de sua estratégia. Isso porque acredita que o valor e a longevidade de uma empresa estão ligados não só ao desempenho financeiro, mas à sua capacidade de contribuir para um mundo melhor e para uma sociedade mais justa e inclusiva. Para ele, as empresas são agentes de transformação e os negócios devem ser uma força para o bem.

por **GABRIELA BLANCHET** e **VALERIA CAFÉ**

John Elkington, autor do livro “Canibais com garfo e faca”, ao criar o conceito *Triple Bottom Line* ou “tripé da sustentabilidade”, elaborou uma visão baseada na análise do impacto social, ambiental e econômico de uma organização. Anos depois, lançou um novo livro - “*Green Swans: the coming boom in Regenerative Capitalism*” – e ampliou esse conceito, ao considerar uma visão mais ampla na medição dos impactos da empresa na sociedade, indo além do lucro e das questões financeiras para incluir a mensuração do bem-estar das pessoas e da saúde do planeta.

Aprendemos, com a pandemia da Covid-19, sobre a necessidade de as empresas cuidarem de seus *stakeholders* – colaboradores, fornecedores e comunidades locais – e, com a guerra desencadeada pela invasão da Rússia à Ucrânia, sobre a importância do investimento em matrizes energéticas limpas e da valorização e desenvolvimento de produtores locais.

É dentro deste contexto pós-pandêmico, pós-eleições executivas e legislativas no Brasil e passados oito meses da guerra no Leste da Europa que acontece o 23º Congresso anual do IBGC, com o tema “Governança de Impacto. As melhores práticas do amanhã”.

Reunimos um grupo curador com cerca de 23 participantes especialistas em suas áreas, com diversidade cognitiva e advindos de diversas regiões do País. Juntos, convidamos mais de 70 palestrantes, em cerca de 30 painéis, que debaterão temas como economia regenerativa, entendimento da cultura, valores e princípios dos povos originários, economia, gestão descentralizada, China, saúde mental, fome e desperdício, mercado de capitais e acesso, entrada do Brasil na OCDE, sucessão, inteligência artificial e web 3.0, sempre com o recorte da governança corporativa e da responsabilidade do administrador.

E por falar em responsabilidade do administrador, o Chapter Zero Brazil lançou, em setembro deste ano, um “primer”, com informações sobre dever fiduciário do administrador com relação às questões referentes às mudanças climáticas, realizada pela Commonwealth Climate and Law Initiative, em parceria com a Climate Governance Initiative. Nele, pontua-se que todas as sociedades anônimas e as limitadas – incluindo seus diretores e administradores – têm o dever implícito de empregar melhores esforços em, pelo menos, minimizar os impactos negativos aos aspectos de sustentabilidade, incluídos aqueles relacionados a mudanças climáticas. A Política Nacional de Meio Ambiente impõe uma série de procedimentos para prevenir, mitigar



Aprendemos, com a pandemia da Covid-19, sobre a necessidade de as empresas cuidarem de seus *stakeholders* – colaboradores, fornecedores e comunidades locais – e, com a guerra desencadeada pela invasão da Rússia à Ucrânia, sobre a importância do investimento em matrizes energéticas limpas e da valorização e desenvolvimento de produtores locais.



e reparar danos ambientais, que devem ser observados por todas as empresas. Embora não existam deveres específicos para os diretores sobre aspectos relacionados a mudanças climáticas, caso as empresas não cumpram as normas existentes e contribuam - ainda que indiretamente - para o dano ambiental, elas podem ser responsabilizadas no âmbito civil por responsabilidade objetiva e solidária pela degradação ambiental.

Casos práticos de responsabilização de conselheiros vêm sendo aplicados em todo mundo, além de regulações mais específicas relacionadas à transparência e prestação de contas de indicadores não financeiros – ambientais e sociais. Hoje, muitas empresas já evoluíram do conceito impacto zero para um modelo regenerativo de liderança, por meio do qual os propósitos, as pessoas, o planeta, a geração de valor e o lucro podem prosperar coletivamente. São conceitos crescentes, que se tornam fundamentais para o presente e o futuro das empresas.

Dentre estas, as que se mostraram mais sensíveis aos fatores conjunturais foram as que ampliaram o olhar para questões



Cabe mapear as externalidades positivas e negativas causadas pelo negócio e incluí-las na agenda e na estratégia das organizações. Obviamente, um Conselho de Administração consciente, íntegro e diverso tem papel fundamental nesse processo, no qual as empresas devem ser capazes de direcionar a forma como são conduzidas e gerenciadas, para não só manter a solidez financeira, como também para conciliá-la com a agenda econômica, ambiental, climática e social.



relacionadas aos impactos ambientais, climáticos e sociais em seus negócios, tanto do ponto de vista de riscos, como estratégicos; as que promoveram maior aproximação dos conselhos de administração com a gestão, que passaram a atuar de maneira mais colaborativa e ágil; e as que dedicaram mais tempo às discussões estratégicas, com o olhar para o futuro na agenda dos conselhos.

É nesse cenário contemporâneo disruptivo que se delinea a Sociedade 5.0, hiperconectada, cada vez mais informada e ativista, que busca estar em organizações alinhadas aos seus propósitos e valores. É uma nova realidade civilizatória, na qual há demanda por mais transparência e posicionamento das empresas quanto às questões ambientais, climáticas e sociais, inclusive em um espectro mais ampliado, transcendente ao conceito de DEI

(Diversidade, Equidade e Inclusão). Também se exigem cada vez mais posicionamentos relacionados à saúde (incluindo a mental) e segurança dos indivíduos, proteção e privacidade de dados pessoais, dentre outros temas que devem figurar de modo mais frequente nas agendas dos conselhos. Tudo isso remete a uma governança de impacto.

Surge um mundo no qual se prima pelo bem-estar a qualquer hora, em qualquer lugar e para qualquer pessoa. Neste sentido, ao falarmos em Sociedade 5.0, referimos, também, à utilização de ferramentas tecnológicas como big data, inteligência artificial, internet das coisas e robotização, dentre outros avanços tecnológicos, para criar soluções com foco nas necessidades humanas.

Diante de todas essas questões, devemos repensar a forma de conduzir os negócios, assim como o estilo de liderança. Os gestores do Século XXI precisam estar atentos a essas mudanças para não ficar para trás.

Cabe mapear as externalidades positivas e negativas causadas pelo negócio e incluí-las na agenda e na estratégia das organizações. Obviamente, um Conselho de Administração consciente, íntegro e diverso tem papel fundamental nesse processo, no qual as empresas devem ser capazes de direcionar a forma como são conduzidas e gerenciadas, para não só manter a solidez financeira, como também para conciliá-la com a agenda econômica, ambiental, climática e social.

É preciso olhar para a frente, mas conscientes de que esse futuro, especialmente demandado pelas novas gerações e a Sociedade 5.0., não virá sem a urgência das ações do hoje. Essa visão está expressa na programação de nosso congresso deste ano, que acontece nos dias 9 e 10 de novembro, no Golden Hall, WTC, em São Paulo.

Durante esse encontro com agentes da governança, vamos conversar e construir juntos a revisão da nova edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC. **RI**

GABRIELA BLANCHET

é mestra em Direito pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas SP, sócia fundadora do Blanchet Advogados e coordenadora do GT da curadoria de conteúdo do 23º Congresso do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

VALERIA CAFÉ

é mestra em Administração pela ESPM, diretora de Vocalização e Influência do IBGC e professora convidada da FGV.
comunicacao@ibgc.org.br